



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A COMPANHIA

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	1.011,75
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 471.525.290 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 428.575.598 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 10%.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	2022	2021
• Liquidez geral	2,42	2,53
• Liquidez corrente	6,29	10,23
• Relação patrimônio líquido/ativo	58,73%	60,53%
• Relação passivo não circulante/ativo	38,83%	37,49%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	14,72%	15,13%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	21,67%	20,50%
Ativos Totais - R\$	4.038.049.675	4.200.290.508
Lucro líquido do exercício	349.136.810	384.581.754

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança. Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios. O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH. Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade. **Gestão de Riscos:** Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Ten"), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos. **Ética, Transparência e Compliance:** Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos.

Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Como o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA). Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	506.096.996	506.356.091
Custo de construção e operação	17	(33.380.230)	(25.544.625)
Lucro bruto		472.716.766	480.811.466
Despesas gerais e administrativas	18	(17.185.668)	(15.966.099)
Outras (despesas)/receitas operacionais	19	58.392.567	56.300.152
Lucro antes do resultado financeiro		513.923.665	521.145.519
Resultado financeiro	20	(29.859.052)	(24.894.792)
Receita financeira		18.178.206	16.068.661
Despesa financeira		(48.037.258)	(41.703.453)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		484.064.613	496.250.727
IRPJ e CSLL correntes	21	(105.155.900)	(78.914.422)
IRPJ e CSLL diferidos	21	(29.771.903)	(32.754.551)
Lucro líquido do exercício		349.136.810	384.581.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		349.136.810	384.581.754
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultados abrangentes		349.136.810	384.581.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		484.064.613	496.250.727
Itens de resultado que não afetam o caixa		-	-
Juros do empréstimo e do financiamento	11	46.515.698	39.751.651
Depreciação e Amortização		253.108	244.801
Provisão para perda de crédito esperada	6	2.731.792	(68.445)
Rendimento títulos e valores mobiliários		(916.740)	(289.149)
Outras provisões - compensação ambiental		(1.362.884)	1.160.349
(Aumento) redução nos ativos operacionais		-	-
Concessionárias e permissionárias		(6.198.619)	(2.102.614)
Títulos e valores mobiliários		135.605	46.574
Contas a receber - partes relacionadas		(1.280.442)	169.833
Ativo de contrato	9	(71.484.839)	(106.917.157)
Estoques		(3.345.026)	(2.576.292)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		21.493.714	9.319.126
Outros impostos a recuperar		(967.347)	(47.642)
Adiantamento à fornecedores		78.153	103.086
Imobilizado e intangível		-	881.814
Outros ativos		(1.766.688)	(80.989)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		-	-
Fornecedores terceiros e partes relacionadas		(2.812.225)	(7.357.827)
Tributos e contribuições sociais		(33.456.917)	(22.505.706)
Taxas regulamentares		1.967.113	(750.904)
Outros passivos		1.001.139	232.516
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		434.649.208	405.463.752
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(26.599.429)	(34.960.497)
Outros impostos pagos		(24.865.904)	(22.431.897)
Juros pagos	11	(42.684.007)	(39.710.798)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		340.499.868	308.360.560
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado e intangível		(186.757)	(1.063.396)
Aplicação de Títulos e valores mobiliários		(27.896.270)	(8.710.192)
Resgate de Títulos e valores mobiliários		28.527.947	8.406.202
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		444.920	(1.367.386)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos pagos	11	(45.277.171)	(45.158.247)
Dividendo pagos	15	(510.684.787)	(68.276.640)
Juros sobre capital próprio	15	(8.046.072)	(47.565.033)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(564.008.030)	(160.999.920)
(Redução)/ Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(223.063.242)	145.993.254
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		333.256.100	187.262.846
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		110.192.858	333.256.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Reservas de Lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	675.001.000	52.990.607	840.872.784	644.907.789	39.140.672	-	2.252.912.852	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	384.581.754	384.581.754	
Constituição da reserva legal (nota explicativa 15)	-	19.229.086	-	-	-	(19.229.086)	-	
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 15)	-	-	-	-	57.181.046	(57.181.046)	-	
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 15)	-	-	-	-	(26.585.072)	(26.585.072)	-	
Dividendos intermediários (nota explicativa 15)	-	-	(52.060.028)	-	-	(52.060.028)	-	
Dividendos intermediários (nota explicativa 15)	-	-	-	-	(16.216.612)	(16.216.612)	-	
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 15)	-	-	265.369.938	-	-	(265.369.938)	-	
Reversão de reserva especial de lucros a realizar (nota explicativa 15)	-	-	644.907.789	(644.907.789)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	675.001.000	72.219.693	1.699.090.483	-	96.321.718	-	2.542.632.894	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	349.136.810	349.136.810	
Constituição da reserva legal (nota explicativa 15)	-	17.456.841	-	-	-	(17.456.841)	-	
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (nota explicativa 15)	-	-	-	-	59.148.176	(59.148.176)	-	
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 15)	-	-	-	-	(9.465.966)	(9.465.966)	-	
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 15)	-	-	263.065.827	-	-	(263.065.827)	-	
Dividendos intermediários (nota explicativa 15)	-	-	(510.684.787)	-	-	(510.684.787)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	675.001.000	89.676.534	1.451.471.523	-	155.469.894	-	2.371.618.951	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso. A Companhia iniciou suas operações em 13 de janeiro de 2019, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão: Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568.197 (trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e sete reais) sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos. A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso: (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 1.011,75 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** De acordo com o contrato de concessão nº 10/2016 firmado entre a Paranaíta e a Agência

Nacional e Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 334.568.197 (trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e sete reais), data base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base. A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 13 de janeiro de 2019 conforme emissão do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo ONS. Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 396.623.363 (trezentos e noventa e seis milhões, seiscentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e três reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 428.575.598 (quatrocentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e oito reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 471.525.290 (quatrocentos e setenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e noventa reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Revisão Tarifária Periódica:** Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 53,79%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica - RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas - RCDM, das Melhorias - RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 9,9%, relativos às receitas ofertadas



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica - RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão - RPEC. A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seus resultados registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do

exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8 Impostos: Impostos incidente sobre a receita de transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) - Impostos Correntes: A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13 Receita operacional:** A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos contratuais de concessão. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas ascendendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros: • Classificação e mensuração -** Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente" pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Meio ambiente:** Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão. **3.16 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.17 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) **Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes** - (alteração do CPC 26 (R11)) - As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (b) **Definição de política contábil de "estimativas contábeis"** - (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de "estimativas contábeis" no lugar de "mudança nas estimativas contábeis", destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022. (c) **Divulgações de políticas contábeis** - (alterações ao CPCs 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 - Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de "políticas contábeis" e a substituição deste termo para "informação de política contábil", a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil materiais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. (d) **Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação** - (alteração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. (e) **Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 - Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11); (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 - Insurance Contracts - (alteração ao CPC 50 - Contratos de Seguro). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1.000
Bancos	9.247.373	9.493.220
Aplicações financeiras (i)	100.945.485	323.761.880
	110.192.858	333.256.100

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 102,84% da taxa CDI em 2022 e de 104,95% da taxa CDI em 2021. A Companhia teve maiores receitas referentes ao reajuste anual de RAP e revisão tarifária, apesar disto, a redução no período foi decorrente principalmente a maiores pagamentos de dividendos no exercício de 2022, o que justifica menores valores aplicados.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	46.984.277	43.783.155
Vencidas até 30 dias	99.676	30.984
Vencidas até 60 dias	27.811	4.174
Vencidas até 90 dias	42.534	3.344
Vencidas há mais de 90 dias (i)	3.471.718	605.740
	50.626.016	44.427.397
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	(2.848.926)	(117.134)
	47.777.090	44.310.263

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(117.134)	(185.579)
Reversão	89.974	185.983
Provisão (i)	(2.821.766)	(117.538)
Saldo final	(2.848.926)	(117.134)

(i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quintaré de julho/2022 ainda não recebidos.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva - financiamentos	21.571.463	21.422.004
	21.571.463	21.422.004

Saldo apresentado como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

continua ★





PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ saldo negativo (i)	11.296.997	25.875.574
CSLL saldo negativo (i)	21.796	6.936.934
IRPJ antecipado	-	136.829
CSLL antecipado	-	49.258
IRRF a recuperar	371.908	235.079
CSLL a recuperar	133.118	83.859
	11.823.819	33.317.533
Outros impostos a recuperar		
PIS a recuperar	281.552	281.552
COFINS a recuperar	1.299.473	1.299.473
INSS	272.206	272.206
IRRF retido de clientes	225.636	-
IRRF sobre aplicação financeira	686.680	-
Outros	195.782	140.751
	2.961.329	1.993.982

(i) Variação refere-se à utilização dos créditos de saldos negativos durante o ano de 2022.

9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	437.452.305	433.402.643
Não circulante	3.394.068.196	3.326.633.019
	3.831.520.501	3.760.035.662

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.653.118.505	
Receita de O&M	40.481.860	
Receita de remuneração	516.090.077	
Recebimentos	(449.654.780)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.760.035.662	
Circulante	433.402.643	
Não circulante	3.326.633.019	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.760.035.662	
Receita de O&M (i)	44.192.494	
Receita de remuneração (ii)	528.812.907	
Recebimentos (iii)	(501.520.562)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.831.520.501	
Circulante	437.452.305	
Não circulante	3.394.068.196	

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração. (iii) Variação refere-se à diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para encerramento de obra (i)	1.421.338	2.061.268
Fornecedores relacionados à construção (ii)	1.244.563	6.016.997
Gastos ambientais e fundiários	1.859.418	162.422
Serviços	252.912	215.050
Outros	532.755	337.776
	5.310.986	8.793.513

(i) Refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores. (ii) Variação refere-se a provisões de notas fiscais relacionadas à construção que foram quitadas durante o exercício de 2022.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Total da dívida

Descrição	Venci- Início mento	Garan- tidor	Encargos	31/12/2022		31/12/2021	
			TJLP +				
BNDDES	out/18	jan/34	SGBH	2,33%	506.007.541	547.453.021	506.007.541
					506.007.541	547.453.021	
Circulante					47.288.962	46.949.111	
Não circulante					458.718.579	500.503.910	
					506.007.541	547.453.021	

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Finan- ciador	31/12/2021	Saldo inicial	Juros, variações e cambial	Novas captas- ções	Liquidação principal	31/12/2022	Saldo final
BNDDES	547.453.021	46.515.698	(42.684.007)	-	(45.277.171)	506.007.541	506.007.541
Total	547.453.021	46.515.698	(42.684.007)	-	(45.277.171)	506.007.541	506.007.541
Finan- ciador	31/12/2021	Saldo inicial	Juros, variações e cambial	Novas captas- ções	Liquidação principal	31/12/2022	Saldo final
BNDDES	592.570.415	39.751.651	(39.710.798)	-	(45.158.247)	547.453.021	547.453.021
Total	592.570.415	39.751.651	(39.710.798)	-	(45.158.247)	547.453.021	547.453.021

BNDDES: Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768 (novecentos e vinte e dois milhões seiscientos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2022 havia de principal um montante de R\$ 504.211.330 (quinhentos e quatro milhões, duzentos e onze mil, trezentos e trinta reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidiram juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), no valor de R\$ 1.796.211 (um milhão, setecentos e noventa e seis mil, duzentos e onze reais). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencida em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034. **c. Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Fiança corporativa da State Grid Brazil Holding (SGBH). **d. Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2022: (Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de caixa	426.270
(+) EBITDA	452.869
(-) Pagamento de IR + CS	(26.599)
B) Serviço da dívida	87.961
(+) Amortização de dívida	45.277
(+) Pagamento de juros	42.684
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	4,85

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados: (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR (+/-) Resultado financeiro líquido (+/-) Resultado de equivalência (+) Depreciações e amortizações (+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 20%, com base no balanço regulatório conforme cálculos abaixo:

Patrimônio líquido (A)	939.729
Ativo total (B)	1.508.033
Índice de capitalização (A/B)	62%

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)

	2024	2025	2026	2027	2028-2034
Amortização	45.871.858	45.871.858	45.871.858	45.871.858	45.871.858
	275.231.147	458.718.579			

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
IRPJ (i)	5.444.576	-
CSLL (i)	21.443.466	12.061.226
	26.888.042	12.061.226

Outros impostos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	583.716	545.336
COFINS	2.701.028	2.545.686
IRRF retido na fonte	48.143	78.569
Outros	536.003	484.914
	3.868.890	3.654.505

(i) Variação refere-se a créditos retidos de clientes e aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do exercício de 2022. Os créditos só serão utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões e fiscais, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Cível (i)	4.360.958	4.360.958
Fiscal (ii)	1.702.860	1.396.695
	6.063.818	5.757.653

(i) Processos cíveis: Referem-se a uma ação judicial, autuada sob o nº 0301122-74.2017.8.19.0001, que tramita perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e nela são discutidas questões contratuais envolvendo a subcontratação de serviços. (ii) Processos Fiscais: Referem-se a ações judiciais nas quais se discute, principalmente, os tributos denominados ISS e ICMS. As principais ações tramitam no Estado de Mato Grosso e estão relacionadas aos processos 1000521-98.2021.8.11.0101, 1001326-36.2021.8.11.0009 e 1002176-28.2020.8.11.0041. O valor total envolvido nessas três principais ações é de R\$ 1.637.103 (um milhão, seiscientos e trinta e sete mil, cento e três reais). Por fim, esses processos principais encontram-se em trâmite na primeira instância e aguardam a instrução processual.

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos	743.710.814	713.938.914
IR Diferido	546.846.187	524.955.084
CSLL Diferida	196.864.627	188.983.830
PIS e COFINS diferidos	354.415.646	347.803.298
PIS Diferido	63.220.088	62.040.588
Cofins Diferido	291.195.558	285.762.710
	1.098.126.460	1.061.742.212

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões e um mil reais), dividido em 675.001.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos intermediários, reversão da reserva especial de lucros a realizar, juros sobre capital próprio e provisão da reserva de incentivos fiscais ficando disponível o montante R\$ 1.699.090.483 (um bilhão, seiscientos e noventa e nove milhões, noventa mil, quatrocentos e oitenta e três reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos intermediários, juros sobre capital próprio e provisão da reserva de incentivos fiscais, ficando disponível o montante R\$ 1.451.471.523 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quinhentos e vinte e três reais).

d. Reserva especial de lucros a realizar: Em 01 de janeiro de 2018, a Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes da adoção inicial do CPC 47 no montante de 644.907.789 (seiscentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e sete mil, setecentos e oitenta e nove reais). Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal. Em 2021 esse valor foi revertido e passou a integrar a reserva de retenção de lucros. **e. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 102/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano-calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$96.321.718 (noventa e seis milhões, trezentos e vinte e um mil e setecentos e dezoito reais) em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 155.469.894 (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais). **f. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	349.136.810	384.581.754
Reserva legal (5%)	(17.456.841)	(19.229.086)
Base de cálculo para os dividendos	331.679.969	365.352.668
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	3.316.800	3.653.527
Juros sobre capital próprio (i)	(9.465.966)	(26.585.072)

(i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço social, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 52.060.028 (cinquenta e dois milhões, sessenta mil e vinte e oito reais). Esse montante foi pago em 30 de agosto de 2021. Através da ata de Reunião do Conselho

de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o balanço semestral, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 16.216.612 (dezesseis milhões duzentos e dezesseis mil, seiscientos e doze reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021. Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 26.585.072 (vinte e seis milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e setenta e dois reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 3.987.761 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e um reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 22.597.311 (vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e onze reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo no exercício de 2021. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Esse montante foi pago em 25 de abril de 2022. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 146.129.308 (cento e quarenta e seis milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e oito reais). Esse montante foi pago no decorrer do exercício de 2022. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de setembro de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 13.870.692 (treze milhões, oitocentos e setenta mil, seiscientos e noventa e dois reais). Esse montante foi pago em 29 de setembro de 2022. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de dezembro de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 684.787 (seiscentos e oitenta e quatro mil, setecentos e oitenta e sete reais). Esse montante foi pago em 20 de dezembro de 2022. Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 9.465.966 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais) referente ao exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.419.894 (um milhão, quatrocentos e dezanove mil, oitocentos e noventa e quatro reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 8.046.072 (oito milhões, quarenta e seis mil e setenta e dois reais). Esse montante foi totalmente pago em 27 de dezembro de 2022. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	564.502.211	564.158.837
Receita de operação e manutenção (i)	44.192.494	40.481.860
Remuneração do ativo contratual (ii)	528.812.907	516.090.077
Outras receitas (iii)	(8.503.190)	7.586.900
Deduções da receita operacional	(58.405.215)	(57.802.746)



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	31/12/2022	31/12/2021
22.1 Ativo		
Contas a receber - partes relacionadas	2.144.915	864.473
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.144.915	849.353
Outros	-	15.120
Intercompany SGSE - Despesas de pessoal	-	4.114
Intercompany Paranaíba - Despesas telefonia	-	11.006
22.2 Passivo		
Fornecedores - partes relacionadas	6.481.107	5.810.806
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.966.748	5.800.529
Serviços de engenharia CET Brazil (ii)	1.451.940	-
Outros	62.419	10.277
Intercompany XRTE - Despesas de pessoal	-	10.277
Intercompany SMTE - Despesas de IPTU	62.419	-
22.3 Resultado		
Resultado - partes relacionadas	(16.859.480)	(20.628.927)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(16.483.321)	(20.529.432)
Aluguel (iii)	(169.350)	(99.495)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	(206.809)	-

(i) Em 21 de fevereiro de 2020 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022. (ii) Variação refere-se a serviços de engenharia prestados pela CET Brazil Transmissão de Energia realizados em 2022. (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023. **22.4 Remuneração da administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	1.214.635	1.462.428
Benefícios diretos e indiretos	212.795	308.549
Encargos	718.142	818.488
Provisões (13 salário, férias e bônus)	987.216	1.010.886
Valor total da remuneração	3.132.788	3.600.351

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 23.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos

financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	110.192.858	333.256.100
Títulos e valores mobiliários	7	21.571.463	21.422.004
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	6	47.777.090	44.310.263
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	506.007.541	547.453.021
Fornecedores terceiros	10	5.310.986	8.793.513
Fornecedores partes relacionadas	22	6.481.107	5.810.806

23.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	110.192.858	333.256.100
Títulos de Valores Mobiliários	21.571.463	21.422.004
Concessionária e Permissionárias	47.777.090	44.310.263
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	506.007.541	547.453.021

c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Data	Total
PRTE-PM-2020-3870	Englineas	04/02/2021	1.608.950
PRTE-PM-2021-4177	Brametal	22/11/2021	1.700.000
PRTE-ENG-2018-177	Nari	28/09/2018	4.466.858
PRTE-ENG-2016-0012	CET	21/12/2016	315.490
			8.091.298
			Em R\$
			8.091.298
			8.091.298

Cronograma de vencimento

2023

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 06 de fevereiro de 2023, houve o desligamento automático da LT 500 kV Cláudia/Paranatinga C3 devido a queda da uma estrutura, causada por colisão de máquina agrícola, e consequentes danos em outras duas estruturas adjacentes. No dia 09/02/2023, a LT 500 kV Cláudia/Paranatinga C3 foi ligada e reintegrada ao SIN. Conforme regulação vigente, foi elaborado relatório técnico de forma a comprovar que o evento causador da queda da estrutura foi um Caso Fortuito e de Força Maior, enviado ao ONS, solicitando a isenção da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI. Até o momento este relatório está em análise pelo ONS. O valor previsto da PVI é de R\$ 23.669.167 (vinte e três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, cento e sessenta e sete reais), caso o ONS não classifique como Caso Fortuito.

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

